

# Corrupção e impunidade

O GLOBO

DALMO SILVA

**É** sabido que impunidade gera delinquência, constituindo-se um fator de mau exemplo.

Não é de agora a promiscuidade e a tolerância de nossa polícia para com o crime. Desde quando comecei a advogar, ainda jovem, nos idos tempos de 1951, já a tudo assistia, revoltado em ter que conviver com a mentalidade policial de querer participar de todas as práticas legais ou ilegais que pudessem dar lucro, sempre visando vantagens pessoais e nunca com espírito público.

O nosso consolo era a existência de policiais corretos, que corriam todos os riscos, mesmo sendo mal remunerados, para enquadrar o verdadeiro infrator da lei. Justamente por serem mal remunerados, o que nada justificava, sempre houve uma tolerância por parte de quase todas as autoridades, as quais faziam "vista grossa" na atuação omissa ou participativa de seus subordinados, sobretudo no campo da contravenção do jogo do bicho. Com isso, a contravenção no setor foi se disseminando, com a aparência de fato legal e natural e, como a impunidade e a tolerância a pequenas infrações estimula a prática de delitos maiores, a situação chegou ao ponto a que todos estamos vendo: uma criminalidade quase generalizada em nosso estado, no limite do tolerável, de não se poder mais suportar, já na fronteira do intolerável.

Em decorrência da corrupção desenfreada, não só na polícia como em outros setores do serviço público, resolvemos mudar de posição, prestando concurso para a Magistratura, após quase 15 anos de advocacia.

Com a longa vivência como magistrado, pude conviver com mais intimidade, com um grande número de juízes, e pelo fato de não ter sido contaminado pelo *spiritus corporis*, talvez até por ter sido antes advogado por muito tempo, pude constatar que também no seio dessa nobre classe que abraçava existiam os juízes fracos, sem qualquer vocação, sem coragem e sem a necessária independência para julgar, escondendo-se na toga, para a prática de suas fraquezas, uns por timidez, alguns por serem influenciáveis e outros, contados nos dedos, por não terem mesmo uma boa formação ética e moral.

Isso é inevitável, é inerente à própria natureza humana e é de toda a magistratura do mundo e de qualquer outra profissão.

O grande perigo é a generalização da desonestidade, da corrupção, conforme está ocorrendo em muitos setores.

Felizmente, tanto na Justiça como no Ministério Público, os casos de desonestidade ou conduta fora do decoro e do respeito são as exceções.

Não se pode desmoralizar instituições sérias e dignas, pela fraqueza e pelos erros de alguns. Se cometeram faltas, devem pagar por elas, devem ser punidos, pois aqueles que violam preceitos éticos, não só perdem a credibilidade como comprometem as instituições.

## **A Magistratura e o Ministério Público têm que ser preservados, no interesse da Nação,**

Tivemos ao nosso lado, em primeira instância, promotores dos mais competentes e corajosos que dignificavam a classe e, em segunda instância, fomos encontrar muitos deles no Colegiado, atuando como fiscais da lei, com pareceres próprios de grande juristas, com atuação competente e equilibrada, equiparada aos grandes magistrados.

A Magistratura e o Ministério Público têm que ser preservados, no interesse da Nação. Ainda são o baluarte, a viga mestra e depositários dos maiores valores éticos e morais, sustentáculos da democracia.

Nós mesmos e nossa família já sofremos injustiças flagrantes, por parte de um juiz fraco, de outro estado, que acabou sendo afastado das funções. Mas a instituição do Poder Judiciário ficou intocável. Ao contrário, foi através dela que a Justiça foi re-posta.

Isso acontece com centenas e milhares de pessoas, que encontram no Judiciário a última esperança para a defesa de seus direitos, na hora da angústia, do desespero e da prepotência.

Os juízes e os membros do Ministério Público são preparados para isso. Os valores do justo e do injusto passam a integrar sua personalidade. Vamos combater com rigor as exceções, mas não destruir as instituições.

Ninguém melhor para falar sobre o assunto que um advogado de grande experiência, Bruzzi Castelo, ao afirmar, em livro publicado, que todos os magistrados cultivam acentrado amor pelo direito, embora, é claro, dentre os seus membros, haja estudiosos esforçados, mas burros, corruptos e mesmo aqueles que mais gostariam de servir à tirania. Mas arremata: "O Poder Judiciário é o mais evidentemente preparado e competente de todos os poderes. Um simples juiz de comarca do interior tem mais cultura e conhecimentos do que algumas centenas de funcionários burocráticos. Nossos juízes, desembargadores e ministros são primeiramente passados pelos cursos colegiais, entram todos para a Faculdade e delas saem como bacharéis, fazem cursos de doutorados, são professores, exercem a advocacia e depois de tudo isso ainda se submetem a rigoroso concurso quando entram para o honroso *munus* da Magistratura, subindo longos e sofridos degraus, sempre acumulando cultura, sempre aprendendo ao decidir cada conflito de direito entre os homens."

De qualquer forma, exceções ou não de corrupção no seio de uma classe, desde que tenham surgido rastros para a apuração de corrupção, a oportunidade não pode ser perdida, sejam seus autores juízes, promotores, deputados, policiais, ou quem quer que seja.

Entretanto é bom que se alerte para que se faça uma apuração cuidadosa, pois no passado houve casos sabidos de advogados inescrupulosos que pediam para seus clientes determinadas quantias para dar a determinados juízes e promotores, e no entanto estes eram os últimos a saberem, pois eram "usados" para tais falcatruas.

O importante é que se apurem os fatos, pois basta de impunidade.